CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Divulgação

Medidas e informações sobre a CVM na palma da mão

CVM faz pesquisa e traça perfil do investidor brasileiro

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o relatório da pesquisa Perfil e Comportamento dos Investidores 2024. O objetivo foi traçar um panorama completo e aprofundar a compreensão de quem são os investidores brasileiros.

O levantamento aponta que o objetivo principal é a formação de reservas para a aposentadoria. O planejamento financeiro é apontado como prioridade para os perfis moderado e conservador e segunda opção para o perfil arrojado. de investidor e por se sentirem satisfeitos com os serviços. A atuação da CVM no mercado de capitais também foi apontada como predominantemente positiva: 55% dos investidores avaliaram como excelente ou boa a performance da autarquia.

Imprevistos

A pesquisa também mostrou que 86% dos participantes afirmaram estar preparados para lidar com imprevistos financeiros e identificou um aumento na busca por rentabilidade (45%), diversificação da carteira (42%) e interesse por educação financeira (42%).

Continuidade

O mercado de capitais, de forma geral, é avaliado de modo positivo. Cerca de 86% dos participantes declararam que pretendem continuar investindo, motivados, em grande parte, pela percepção de que o mercado oferece produtos compatíveis com seu perfil.

Valter Campanato/Agência Brasil

Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

Governo vai anunciar mudança no vale-alimentação

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informou que o governo deve anunciar, em outubro, quais serão as mudanças para o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A intenção é limitar a taxa de desconto cobradas de bares, restaurantes e supermercados nas vendas com vale-refeição e vale-alimentação. Marinho disse que ainda quer esgotar a mediação entre as operadoras e os representantes de bares e restaurantes para evitar um ajuizamento.

Inicialmente, o anúncio das mudanças deveria ter sido feito em maio. Agora, a expectativa é que o anúncio ocorra na próxima semana, quando voltar da República Dominicana.

Conjunto

O martelo deve ser batido em conjunto com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "O presidente Lula nos autorizou. Está comigo e com o Haddad, e eu e ele vamos tomar essa decisão assim que vencermos o cansaço na mesa de negociação", disse Marinho.

Taxas

As taxas de desconto são cobradas dos estabelecimentos que aceitam esses cartões como forma de pagamento. Além da diminuição na taxa, o governo também quer reduzir o prazo de 30 dias para que as empresas repassem os valores a bares, restaurantes e mercados.

IFood

O ministro comentou o adiamento de um pacto de valorização das condições de trabalho de entregadores de aplicativo, que seria assinado com a Ifood. Segundo o ministro, o adiamento ocorreu em razão do interesse do governo em ampliar o número de participantes.

Emprego

O Brasil fechou o mês de agosto com saldo positivo de 147.358 empregos com carteira assinada. O balanço é do Novo Caged divulgado nesta segunda (29). O ministério informou que o resultado de agosto decorreu de 2.239.895 admissões e 2.092.537 desligamentos no período.

Onda de fake news mira pontos da reforma tributária

É falso que novo cadastro vai aumentar imposto de aluguel

Valter Campanato/Agência Brasil

Ministro Haddad desmente informações falsas sobre imposto sobre aluguel

Por Martha Imenes

O 14º salário para aposentados e pensionistas, dinheiro atrasado a receber do INSS – desde que faça um pix simbólico para dar início à ação –, ligações com ofertas "imperdíveis", links encaminhados por email ou aplicativo de mensagem com oferta de brindes, e as fake news que circulam pelas redes sociais têm o que em comum? São informações falsas que visam dar golpe em pessoas de boa-fé. E não se restringem a quem é baixa-renda ou de baixa escolaridade, todos são alvos em potencial.

Agora circulam nas redes sociais conteúdos com desinformação sobre cobrança de impostos sobre alugueis de imóveis e outra diz que filhos adultos que moram com os pais seriam taxados pela Receita Federal, que já desmentiu a informação.

As fake news apontam que um novo cadastro, conhecido como CPF dos imóveis, seria uma forma de o governo identificar quem aluga imóveis e usaria a base de dados para aumentar impostos.

A reforma tributária, promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023, prevê a criação do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), o chamado CPF dos imóveis, que não gera interferência sobre os preços dos aluguéis, seja para proprietário ou inquilinos. A função do cadastro é um inventário dos imóveis, alimentado com dados dos municípios e de cartórios.

"A finalidade do CIB é dotar o Brasil de um cadastro imobiliário único, gerando segurança jurídica para os proprietários, adquirentes e vendedores, relacionado às operações com imóveis no âmbito do Imposto sobre Valor Agregado – IVA dual, a partir de 2027 apenas", informa a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

"O IPTU, minha gente, é um imposto municipal. Quem aumenta, diminui e isenta é o prefeito, não tem nada a ver com o governo federal", chegou a publicar nas redes o ministro Haddad.

Imposto simplifica a carga tributária

O Imposto Sobre Valor Agregado (IVA dual) é uma simplificação feita pela reforma tributária. Os tributos federais, estaduais e municipais (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) passam a ser convertidos no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), formado apenas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal.

De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) pode contribuir, inclusive, para a redução de imposto cobrado.

"O cadastro federal é justamente para diminuir o imposto, não para aumentar, exatamente o contrário do que estão propagando", diz Haddad.

O ministro Haddad exemplifica: se uma empresa tem um condomínio e aluga os apartamentos para famílias que pagam até R$ 600 de aluguel, essas empresas, que hoje pagam tributo, vão deixar de pagar.

"A reforma tributária quer que a construção civil se volte para a produção de moradia acessível para os trabalhadores brasileiros. Então vai na contramão do que estão divulgando", afirma o ministro da Fazenda.

CIB consolida cadastros imobiliários

O governo federal explica que "o CIB nada mais faz que consolidar os milhares de cadastros imobiliários fiscais existentes em cada município brasileiro e cartórios de imóveis, em uma única base de dados, permitido a implementação da redução das alíquotas e o cashback para pessoas de baixa renda. Ou seja, ele foi criado para facilitar a vida das pessoas e permitir vantagens para o setor e para a população de baixa renda".

Sobre a informação de que filhos adultos que moram com os pais seriam cobrado, o governo diz que "não há nada nesse sentido; essa hipótese não existe, é fake news sem qualquer fundamento ou lógica".

A reforma tributária não aumenta a tributação sobre aluguéis. Tanto que o texto aprovado pelo Congresso estabelece uma redução de alíquota de 70% nas locações, percentual além do necessário para manutenção da carga tributária do setor.

Além disso, as locações de até três imóveis, em valor inferior a R$ 240 mil anuais (R$ 20 mil mensais), não terão em regra tributação para as pessoas físicas.

Somente as operações de pessoas físicas com mais de três imóveis e em valor maior estarão sujeitas ao IVA dual, além das pessoas jurídicas.

A reforma tributária também não tem relação com aumento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCDM), que incide sobre heranças.

Esses dois tributos não estão na esfera federal, ou seja, estão fora da competência do governo federal. O IPTU é decidido elas prefeituras; e o ITCDM, pelos estados.

Salário-maternidade será prorrogado devido a complicações no parto

Geraldo Magela/Agência Senado

Senadora Damares Alves foi autora do projeto que virou lei

Agora é lei: é obrigatória a prorrogação do salário-maternidade, por até 120 dias, nos casos em que seguradas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) precisem ficar internadas por complicação pós-parto. O projeto sancionado é de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

A medida valerá se mãe ou bebê precisarem permanecer por cuidados médicos por mais de 15 dias. A ideia é que o prazo passe a vigorar a partir do momento da alta hospitalar, e a extensão seria equivalente ao tempo entre o nascimento e a saída da unidade de saúde.

Pelas regras atuais da CLT, a licença dura 120 dias e a mulher tem direito ao salário-maternidade, cujos custos devem ser arcados pela Previdência Social. O afastamento da gestante ocorre entre o 28º dia que antecede o parto e a data de nascimento do bebê.

"Mas tem muita mãe de prematuro, por exemplo, que fica meses no hospital esperando o bebê receber alta. Aí, quando ela finalmente pode levar a criança para casa já acabou o direito ao afastamento. E esse tempo entre mãe e filho é fundamental para fortalecer os laços entre eles", explica a senadora.

Entre as situações que requerem um tempo especialmente prolongado de internação, estão as anomalias congênitas, com incidência 2,5 maior em prematuros, segundo Ministério da Saúde.

O Brasil é o 10º país no ranking mundial de nascimentos prematuros. Aqui, cerca de 340 mil bebês nascem antes de completar 37 semanas de idade gestacional, todos os anos.

De acordo com o Observatório da Prematuridade, iniciativa da Associação Brasileira de Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros (ONG Prematuridade), 29% dos casos de termo precoce levam à internação e 21% dos internados são admitidos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.